



CONCURSO PÚBLICO PREFEITURA MUNICIPAL DE LUNARDELLI- PR



EDITAL Nº 001/2015 – ESTATUTÁRIO

ADVOGADO

NOME DO CANDIDATO

NÚMERO DE INSCRIÇÃO

LEIA ATENTAMENTE AS INSTRUÇÕES ABAIXO

Você recebeu do fiscal este **CADERNO DE QUESTÕES** com as **30** (trinta) questões da prova objetiva numeradas sequencialmente e distribuídas sem falhas ou repetições, e a prova discursiva, seguida de uma página para rascunho.

MATÉRIA	QUESTÕES
LÍNGUA PORTUGUESA	01 a 05
CONHECIMENTOS GERAIS/ ATUALIDADES	06 a 09
CINHECIMENTOS ESPECÍFICOS	10 a 30
DISCURSIVAS	31 a 32

Sobre a carteira, está disponível a **FOLHA DE RESPOSTA PERSONALIZADA** para transcrever as respostas da prova objetiva. Na Folha de Respostas, realize a conferência de seu nome completo, do número de seu documento e do número de sua inscrição. As divergências devem ser comunicadas ao fiscal para as devidas providências.

1. Este Caderno de Questões não deve ser folheado antes da autorização do Fiscal.
2. Observe se o **Cargo** especificado no Caderno de Questões é o correspondente ao cargo no qual você fez a inscrição. Caso não esteja correto, solicite a substituição para o Fiscal de sala, o qual deverá lhe fornecer o Caderno de Questões correto.
3. Após ser autorizado pelo Fiscal, verifique se o Caderno de Questões está completo, sem falhas de impressão, e se a numeração das questões está correta.
4. Utilize, obrigatoriamente, **Caneta Esferográfica Transparente**, com tinta de cor azul ou preta na marcação da Folha de Respostas.
5. Leia atentamente cada questão da prova e assinale na Folha de Respostas a opção que a responda corretamente.

Exemplo:



6. A Folha de Respostas não pode ser dobrada, amassada, rasurada ou conter qualquer marcação fora dos campos destinados.
7. Você dispõe de **04 (quatro)** horas para fazer a prova, incluindo a marcação da Folha de Respostas. Faça com tranquilidade, mas controle seu tempo.
8. Iniciada a prova, somente será permitido deixar definitivamente a sala após 60 (sessenta) minutos.
9. Após o término da prova, entregue ao Fiscal a **FOLHA DE RESPOSTAS** devidamente assinada.
10. Somente será permitido levar o **CADERNO DE QUESTÕES** se o candidato permanecer na sala até os últimos 30 (trinta) minutos que antecedem o encerramento da prova.
11. **SERÁ ELIMINADO** do Concurso Público o candidato que:
 - Deixar o local de realização da prova objetiva sem a devida autorização.
 - Tratar com falta de urbanidade os examinadores, auxiliares, fiscais ou autoridades presentes.
 - Proceder de forma a tumultuar a realização da prova objetiva.
 - Estabelecer comunicação com outros candidatos ou com pessoas estranhas, por quaisquer meios e usar de meios ilícitos para obter vantagens para si ou para outros.
 - For surpreendido portando ou manuseando aparelho eletrônico nas demais dependências do estabelecimento durante a realização da prova objetiva.
 - For surpreendido portando qualquer equipamento que venha a emitir ruídos sonoros, mesmos que devidamente acondicionado no envelope de guarda de pertences, durante a realização da prova.
12. Qualquer tentativa de fraude, se descoberta, implicará em imediata denúncia a Polícia Civil, que tomará as medidas cabíveis, inclusive com prisão em flagrante dos envolvidos.
13. Os **03 (três) últimos candidatos** só poderão sair da sala juntos, após o fechamento do envelope contendo a lista de presença, a ata e as Folhas de Respostas da sala. Esses candidatos deverão assinar o envelope de retorno de provas.
14. O candidato que terminar sua prova não poderá utilizar os banheiros destinados aos candidatos que ainda estiverem realizando.
15. **Está disponível na última folha do Caderno de Questões um gabarito para ser preenchido e destacado. Este pode ser levado pelo candidato.**

Em Mariana e em Paris o Estado não estava lá para te defender

Após os ataques em Paris, que deixaram um trágico saldo de 129 mortos e de centenas de feridos, pulularam nas redes sociais comparações com os 143 homicídios por dia no Brasil e ainda com a catástrofe ambiental e humana ocorrida na cidade mineira de Mariana.

Os que comparam o mar de lama que invadiu a cidade brasileira com o mar de sangue nas ruas de Paris são solidários à dor na destruição e nas vidas ceifadas de compatriotas, mas ignoram a abissal diferença entre aqueles que por negligência, irresponsabilidade ou descaso permitiram que a barragem ruísse – e merecem punição exemplar, embora eu duvide que aconteça – daqueles que premeditadamente, ao se explodirem ou abrir fogo contra vítimas indefesas e inocentes estavam atacando todos os valores e a própria civilização ocidental.

Não há como negar que os perpetuadores do terror na Cidade Luz possuem o claro objetivo de matar cada mulher, cada criança, cada homem que considere um "infiel", e assim o farão sempre que possível. Em resumo, temos uma tragédia tipicamente brasileira, fruto do descaso e irresponsabilidade ao lado de um ataque, uma declaração de guerra aos valores do mundo livre.

Óbvio que os números da criminalidade no Brasil são absolutamente assustadores. Só em 2014 foram 56.337 assassinatos, dos quais 92% ficarão sem qualquer tipo de punição. Some-se a isso mais de 50 mil estupros declarados por ano e milhares, quiçá milhões, de outros crimes. Se há uma comparação aceitável entre o caos na segurança pública brasileira e a tragédia francesa é que o Estado se mostra absolutamente incapaz de proteger seus cidadãos. As instituições não são e nunca serão onipresentes.

A dura verdade é que nossos "protetores" quase nunca estarão lá para evitar tragédias pessoais ou coletivas. E querem saber a verdade? O Estado não tem qualquer obrigação de proteger individualmente cada cidadão – e não sou eu que estou dizendo isso, é o próprio Estado.

Em 2013, a 10ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça gaúcho (TJRS) negou recurso de mulher e filha que ajuizaram ação indenizatória contra o Estado do Rio Grande do Sul pela morte de seu companheiro e pai. A vítima vinha sendo ameaçada por criminosos que haviam furtado a oficina de seu pai. Boletins de ocorrência foram feitos, mas dias depois as ameaças se confirmaram com seu assassinato. Em sua sentença declarou o magistrado: "tem o Estado a obrigação constitucional de prestar segurança pública, policiamento ostensivo e preventivo. Impossível, todavia, a ação preventiva em particular a cada cidadão e sua família em todos os locais e circunstâncias da vida. Tanto seria exigir que os agentes estatais estivessem presentes em todos os lugares, ao mesmo tempo".

O Estado não estava nas ruas tomadas pela lama em Mariana, o Estado não estava no Bataclan ou nos restaurantes de Paris e o Estado não estava lá, em 2014, nos mais de 55 mil assassinatos no Brasil. Por que então algumas pessoas continuam insistindo que o direito de defesa do cidadão pode ser substituído por essa proteção estatal, quase dando ares de proteção divina a ela? Que respondam os defensores

do desarmamento do cidadão, aqueles que, não raramente, de dentro de seus carros blindados e com escoltas armadas, pregam o monopólio das armas nas mãos do Estado, que não estará lá quando você precisar.

Disponível em: <http://noticias.uol.com.br/opiniao>

Questão 01

O autor do texto:

- (A) Aproxima as duas recentes tragédias que ocorreram em Paris (França) e Mariana (MG-Brasil), ao entendê-las, igualmente, como descaso do Estado.
- (B) Acredita que há uma diferença entre o que ocorreu em Paris e o que ocorreu em Mariana: no primeiro caso, houve crime premeditado; no segundo caso, trata-se de negligência, irresponsabilidade, descaso.
- (C) Afirma que, no Brasil, anualmente, o número de homicídios é inferior ao número de mortes registradas nas tragédias citadas.
- (D) Defende o desarmamento do cidadão e a descriminalização das drogas.

Questão 02

Expressões figuradas ou com sentido conotativo, empregadas no texto, EXCETO:

- (A) Mar de lama / Mar de sangue.
- (B) Cidade Luz.
- (C) Dura verdade.
- (D) Segurança pública.

Questão 03

Quanto ao significado das palavras, assinale a alternativa CORRETA, de acordo com o texto de referência:

- (A) Onipresentes – ausência de poder.
- (B) Pulularam – fervilharam.
- (C) Quiçá – sempre.
- (D) Ceifadas – humilhadas.

Questão 04

Ao utilizar as palavras "infiel" e "protetores", o autor emprega aspas, tendo em vista que ele precisa:

- (A) Destacar sua ironia.
- (B) Marcar o discurso citado.
- (C) Evidenciar graficamente o uso de neologismo.
- (D) Intensificar o verdadeiro significado das palavras.

Questão 05

Quanto ao caso ocorrido no Rio Grande do Sul, descrito no texto, é CORRETO afirmar:



- (A) No ano de 2013, a 10ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça gaúcho (TJRS) acatou recurso de uma mulher e sua filha, por conta do assassinato de um homem – companheiro e pai.
- (B) Nenhum boletim de ocorrência foi registrado.
- (C) O Estado tem a obrigação constitucional de ação preventiva em particular a cada cidadão e a sua família.
- (D) O Estado do Rio Grande do Sul negou tal ação indenizatória.

CONHECIMENTOS GERAIS/ATUALIDADES

Questão 06

“Maior arquiteto brasileiro, já foi eleito o 9º maior gênio vivo e um dos nomes mais importantes da arquitetura moderna mundial. Responsável pelas principais obras de Brasília, o artista é admirado em todo o mundo e recebeu os principais prêmios da área”. O texto refere-se a:

- (A) Oscar Niemeyer.
- (B) João Niemeyer.
- (C) José Niemeyer.
- (D) Dirceu Niemeyer.

Questão 07

A típica “calça larga” abotoadas no tornozelo, usada pelos gaúchos recebe o nome de:

- (A) Coaca.
- (B) Bombacha.
- (C) Lambreta.
- (D) Chulipa.

Questão 08

Assinale a alternativa que representa a moeda oficial da Argentina:

- (A) Euro argentino.
- (B) Iene argentino.
- (C) Rublo argentino.
- (D) Peso argentino.

Questão 09

O combustível biodegradável derivado de fontes renováveis como óleos vegetais e gorduras animais recebe o nome de:

- (A) Etanol.
- (B) Biodiesel.
- (C) Clorophilo.
- (D) Metanol.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Questão 10

A respeito dos Direitos e Garantias Fundamentais, assinale a alternativa INCORRETA:

- (A) Atualmente todos os tratados e convenções internacionais sobre direitos humanos de que o Brasil é signatário tem natureza jurídica supralegal, segundo o Supremo Tribunal Federal.
- (B) Os tratados e as convenções internacionais sobre direitos humanos que forem aprovados, em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, por três quintos dos votos dos respectivos membros, serão equivalentes às emendas constitucionais.
- (C) Atualmente apenas a Convenção Internacional sobre Direitos das Pessoas com Deficiência foi aprovada de acordo com o disposto no §3º do artigo 5º da Constituição Federal, sendo equivalente à Emenda Constitucional.
- (D) Os tratados internacionais de direitos humanos dos quais o Brasil seja signatário e não estejam aprovados no Congresso Nacional de acordo com o §3º do artigo 5º da Constituição Federal terão natureza jurídica de norma supralegal, segundo o Supremo Tribunal Federal.

Questão 11

A respeito dos partidos políticos, é CORRETO afirmar:

- (A) Os partidos políticos podem, sem qualquer restrição, receber recursos financeiros de entidade ou governo estrangeiros.
- (B) Os partidos políticos deverão prestar contas à Justiça Eleitoral.
- (C) Os partidos políticos adquirem personalidade jurídica com o registro de seus estatutos no Tribunal Superior Eleitoral.
- (D) É obrigatória a vinculação entre as candidaturas em âmbito nacional, estadual, distrital ou municipal, devendo os estatutos dos partidos estabelecerem normas de disciplina e fidelidade partidária.

Questão 12

A respeito do Estado de Defesa e do Estado de Sítio, assinale a alternativa INCORRETA:

- (A) No Estado de Defesa é permitida a restrição do direito de reunião, ainda que exercida no seio das associações.
- (B) O tempo de duração do estado de defesa não será superior a trinta dias, podendo ser prorrogado uma vez, por igual período, se persistirem as razões que justificaram a sua decretação.
- (C) O decreto do estado de sítio indicará sua duração, as normas necessárias a sua execução e as garantias constitucionais que ficarão suspensas.
- (D) O Estado de Sítio será decretado pelo Presidente da República, em todos os casos, sem necessidade de autorização do Congresso Nacional.



Questão 13

A respeito do Sistema Tributário Nacional, é CORRETO afirmar:

- (A) Sempre que possível, os tributos terão caráter pessoal e serão graduados segundo a capacidade econômica do contribuinte, facultado à administração tributária, especialmente para conferir efetividade a esses objetivos, identificar, respeitados os direitos individuais e nos termos da lei, o patrimônio, os rendimentos e as atividades econômicas do contribuinte.
- (B) As taxas poderão ter base de cálculo própria de impostos.
- (C) As taxas não poderão ter base de cálculo própria de impostos.
- (D) Cabe a lei delegada dispor sobre conflitos de competência em matéria tributária entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios.

Questão 14

A respeito da Ordem Social, segundo a Constituição Federal, é INCORRETO afirmar:

- (A) A seguridade social compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa dos Poderes Públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social.
- (B) Nenhum benefício ou serviço da seguridade social poderá ser criado, majorado ou estendido sem a correspondente fonte de custeio total.
- (C) A assistência social será prestada a quem dela necessitar, independentemente de contribuição à seguridade social.
- (D) A previdência social será prestada a quem dela necessitar, independentemente de contribuição à seguridade social.

Questão 15

A respeito da Lei de Diretrizes Orçamentárias, é CORRETO afirmar:

- (A) Entre outros assuntos, a Lei de Diretrizes Orçamentárias disporá sobre as normas relativas ao controle de custos e à avaliação dos resultados dos programas financiados com recursos do orçamento.
- (B) O anexo de Metas Fiscais que acompanha a Lei de Diretrizes orçamentárias não precisará conter a avaliação do cumprimento das metas relativas ao ano anterior.
- (C) A lei de Diretrizes Orçamentárias não conterá Anexo de Riscos Fiscais.
- (D) Não será necessário o Anexo de Metas Fiscais no projeto da lei de diretrizes orçamentárias.

Questão 16

Tratando da Transparência, Controle e Fiscalização da Gestão Fiscal, é CORRETO afirmar:

- (A) Os Municípios não precisarão encaminhar suas contas ao Poder Executivo da União.
- (B) Os Estados encaminharão suas contas ao Poder Executivo da União, impreterivelmente, até o dia trinta de abril.
- (C) Não é necessária a ampla divulgação do Relatório Resumido da Execução Orçamentária.
- (D) Dentre outros instrumentos, a transparência será assegurada mediante o incentivo à participação popular e a realização de audiências públicas, durante os processos de elaboração e discussão dos planos, lei de diretrizes orçamentárias e orçamentos.

Questão 17

A respeito da capacidade civil das pessoas naturais, é CORRETO afirmar:

- (A) São absolutamente incapazes os pródigos.
- (B) A idade avançada é fundamento suficiente para decretar-se a incapacidade absoluta de uma pessoa.
- (C) Os maiores de dezesseis e menores de 18 anos são considerados absolutamente incapazes.
- (D) Os pródigos são relativamente incapazes.

Questão 18

A respeito dos direitos da personalidade, é INCORRETO afirmar:

- (A) É válida, com objetivo científico, ou altruístico, a disposição gratuita do próprio corpo, no todo ou em parte, depois da morte.
- (B) Em nenhum caso será permitida a limitação voluntária dos direitos da personalidade.
- (C) Com exceção dos casos previstos em lei, os direitos da personalidade são intransmissíveis.
- (D) Regra geral os direitos da personalidade são irrenunciáveis.

Questão 19

Poderá ser declarada a morte presumida, sem decretação de ausência:

- (A) Somente e exclusivamente se alguém que feito prisioneiro, não por encontrado até dois anos após o término da guerra.
- (B) Somente exclusivamente se alguém desaparecido em campanha não for encontrado até dois anos após o término da guerra.



- (C) Somente e exclusivamente quando for extremamente provável a morte de quem feito prisioneiro, não for encontrado até dois anos após o término da guerra.
- (D) Dentre outras situações, poderá ser decretada se for extremamente provável a morte de quem estava em perigo de vida.

Questão 20

São pessoas jurídicas de direito privado, EXCETO:

- (A) Associações.
- (B) Sociedades.
- (C) Autarquias.
- (D) Partidos políticos.

Questão 21

A respeito do domicílio, de acordo com o Código Civil brasileiro, é CORRETO afirmar:

- (A) O domicílio da pessoa natural é o lugar onde ela estabelece a sua residência com ânimo definitivo, regra geral.
- (B) Em nenhuma hipótese o lugar onde a pessoa natural exerça sua profissão pode ser considerado seu domicílio.
- (C) Em todos os casos, sem exceção, o domicílio da pessoa natural será o lugar onde ela estabelece a sua residência com ânimo definitivo.
- (D) O incapaz não tem domicílio necessário.

Questão 22

A respeito do direito de propriedade, é INCORRETO afirmar:

- (A) O proprietário tem a faculdade de usar, gozar e dispor da coisa, e o direito de reavê-la do poder de quem quer que injustamente a possua ou detenha.
- (B) A propriedade de bem móvel nunca poderá ser adquirida por usucapião.
- (C) A propriedade do solo abrange a do espaço aéreo e subsolo correspondente, em altura e profundidade úteis ao seu exercício, não podendo o proprietário opor-se a atividades que sejam realizadas, por terceiros, a uma altura ou profundidade tais, que não tenha ele interesse legítimo em impedi-las.
- (D) A propriedade presume-se plena e exclusiva, até prova em contrário.

Questão 23

Levando em consideração as leis do Trabalho, assinale a alternativa CORRETA:

- (A) Toda alteração na estrutura jurídica da empresa afetará os direitos adquiridos por seus empregados.
- (B) A duração normal de trabalho, para os empregados em qualquer atividade privada, não excederá de seis horas diárias, não sendo permitida a fixação de outro limite.
- (C) Entre duas jornadas de trabalho, via de regra, haverá um período mínimo de vinte e quatro horas consecutivas para descanso.
- (D) Considera-se empregado toda pessoa física que prestar serviços de natureza não eventual a empregador, sob a dependência deste e mediante salário.

Questão 24

O direito de reclamar pelos vícios aparentes ou de fácil constatação, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor, caduca em:

- (A) Noventa dias tratando-se de fornecimento de serviço e de produtos não duráveis.
- (B) Trinta dias tratando-se de fornecimento de serviço e de produtos duráveis.
- (C) Trinta dias tratando-se de fornecimento de serviços e de produtos não duráveis.
- (D) Quinze dias tratando-se de fornecimento de serviços e de produtos não duráveis.

Questão 25

O comerciante é responsável pelo fato do produto ou serviço:

- (A) Mesmo que o produto seja fornecido com identificação clara de seu fabricante, produtos, construtor ou importador.
- (B) Única e exclusivamente quando não conservar adequadamente os produtos perecíveis.
- (C) Quando o fabricante não puder ser identificado.
- (D) Em qualquer caso.

Questão 26

Não são atributos do ato administrativo, EXCETO:

- (A) Imperatividade.
- (B) Legitimidade.
- (C) Veracidade.
- (D) Motivo.

Questão 27

A respeito da classificação dos atos administrativos, é CORRETO afirmar:



- (A) Atos de gestão são os atos que a administração pratica em situação de igualdade com os particulares, sem usar sua supremacia.
- (B) Atos de expediente são os atos que a administração pratica em situação de igualdade com os particulares, sem usar sua supremacia.
- (C) Atos de gestão são os atos que a administração pratica em situação de supremacia em relação a seus administrados, fazendo uso de suas prerrogativas.
- (D) Ato discricionário é aquele que o agente não tem qualquer liberdade de escolha estando vinculado aos ditames legais, através do princípio da legalidade.

Questão 28

Levando em consideração as leis brasileiras que regem a licitação no âmbito da Administração Pública, é CORRETO afirmar:

- (A) Que o prazo mínimo para a convocação, contados da publicação do edital ou convite a abertura dos envelopes, é de 10 dias para a licitação na modalidade convite.
- (B) Ocorre revogação da licitação quando o processo está eivado de nulidade, produzindo a revogação efeito "ex tunc", não gerando direito a indenização.
- (C) Uma das características da licitação é o julgamento objetivo.
- (D) A publicidade não é características da licitação.

Questão 29

A respeito das normas de Direito Ambiental, assinale a alternativa CORRETA:

- (A) A responsabilidade das pessoas jurídicas não exclui a das pessoas físicas, autoras, coautoras ou partícipes do mesmo fato.
- (B) Em nenhuma hipótese poderá ser desconsiderada a personalidade jurídica da pessoa jurídica para possibilitar o ressarcimento de prejuízos causados à qualidade do meio ambiente.
- (C) A reincidência nos crimes de natureza ambiental não é circunstância que agrava a pena, mesmo quando não constitui ou qualifica o crime.
- (D) Nos crimes ambientais, não pode ser aplicada, em nenhuma hipótese, a suspensão condicional da pena.

Questão 30

A respeito das penas aplicáveis à pessoa jurídica nos crimes ambientais, é INCORRETO afirmar:

- (A) Que apenas e unicamente a pena de multa é aplicável à pessoa jurídica.
- (B) A pena restritiva de direitos é uma das penas possíveis a serem aplicadas em desfavor da pessoa jurídica.
- (C) A suspensão parcial ou total da atividade é uma das modalidades de pena restritiva de direito que pode ser aplicada em desfavor da pessoa jurídica nos crimes ambientais.
- (D) Dentre outros meios, a prestação de serviços à comunidade pela pessoa jurídica consistirá em custeio de programas e de projetos ambientais.



INFORMAÇÕES SOBRE AS QUESTÕES DISCURSIVAS

De acordo com Edital de Abertura em seus subitens:

- 14.4 O candidato terá sua prova discursiva avaliada com nota 0 (zero): a) em casos de não atendimento ao conteúdo avaliado e ao tema proposto, de manuscruver em letra ilegível ou de grafar por outro meio que não o determinado neste Edital; b) apresentar acentuada desestruturação na organização textual ou atentar contra o pudor; c) redigir seu texto a lápis ou à tinta em cor diferente de azul ou preta; d) não apresentar as questões redigidas na FOLHA DA VERSÃO DEFINITIVA ou entregar em branco; e) apresentar identificação, em local indevido, de qualquer natureza (nome parcial, nome completo, outro nome qualquer, número(s), letra(s), sinais, desenhos ou códigos);
- 14.5 A correção da prova discursiva será realizada por uma Banca Examinadora, conforme os aspectos mencionados da Tabela 14.2, da seguinte forma: será atribuída a nota máxima de 5,00 (cinco) pontos para cada questão.
- 14.6 O candidato deverá obter 5,00 (cinco) pontos ou mais na soma das questões discursivas para não ser eliminado do concurso público.
- 14.7 A folha da VERSÃO DEFINITIVA será o único documento válido para a avaliação da prova discursiva. As folhas para rascunho, no caderno de questões, são de preenchimento facultativo e não valerão para a finalidade de avaliação da prova discursiva.
- 14.8 O candidato disporá de, no máximo, 15 (quinze) linhas para elaborar a resposta de cada questão da prova discursiva, sendo desconsiderado para efeito de avaliação qualquer fragmento de texto que for escrito fora do local apropriado ou que ultrapassar a extensão de 15 (quinze) linhas permitida para a elaboração de seu texto.
- 14.9 A omissão de dados, que forem legalmente exigidos ou necessários para a correta solução das questões, acarretará em descontos na pontuação atribuída ao examinando nesta fase.



RASCUNHO

DESTAQUE AQUI



GABARITO
Concurso Público Prefeitura Municipal de Lunardelli - PR
<http://www.fundacaofafipa.org.br/concurso>

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15
16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30

